

Projecto sobre a Liderança Feminina e Influência Pública

RELATÓRIO ANUAL 2015



Vice Governador e Directora Provincial do MINFAMU no centro e a direita do Dístico

APOIO : NCA

DEZEMBRO DE 2015

Índice

1. Introdução	e	antecedentes	do	
projecto.....				3
2. Contexto			do	
projecto.....				4
3. Informação				
Financeira.....				6
4. Análise do contexto do país e das áreas de intervenção do projecto.....				7
a) Desenvolvimento Político				
b) Desenvolvimento Económico				
c) Desenvolvimento Social				
d) Impacto das acções realizadas				
e)				
5. Impacto			das	
acções.....				10
6. Lições				
aprendidas.....				
11				

Anexos

Anexo 1. Quadro de actividades desenvolvidas

Anexo 2. Reportagem fotografia

1. Introdução e Antecedentes do Projecto

Relatório Anual do “Projecto Liderança Feminina e Influência Pública” reporta actividades referente aos meses de Janeiro à Dezembro de 2015.

O projecto sobre Liderança Feminina e Influencia Publica implementado, desde 2011 continuou com o seguimento neste segundo ano de financiamento da NCA, apenas em 4 (quatro) províncias do país nomeadamente, Luanda, Benguela municípios de (Bocoio e Ganda), Bié (Sangungo Nharea), Huila (Humpata) e Huambo (município sede) após o encerramento do programa de desenvolvimento da Ajuda Popular da Noruega em 2013 no qual este abrangia 7 (sete) províncias de intervenção ¹.

O projecto para o ano de 2015, teve as suas restrições de intervenção porque era participado por dois potências financiadores nomeadamente APN e Oxfam Novib, onde este último conclui com as suas actividades em Novembro de 2014, ficando apenas com o apoio da NCA que substituiu a organização acima referenciada, em 2014 e 2015.

O objectivo geral do projecto visa em contribuir significativamente para o reforço das capacidades de liderança feminina, visando a participação efectiva das mulheres nos processos de desenvolvimento socioeconómico do país, através da influência de políticas públicas na perspectiva do equilíbrio de género.

Onde estes manteram a sua linha de acção no que concerne no desenvolvimento comunitário incluindo as acções de advocacia social, que se reflectem nos encontros junto do executivo, e outros parceiros, formações administradas nas administrações municipais

¹ Dados apresentados no relatório de avaliação do projecto 2014

e as sinergias do trabalho com os diferentes parceiros no caso concreto parceiro estratégicos conforme acordado com o financiador.

Para o alcance dos objectivos geral o projecto determinou 4 (quatro) objectivos específicos do projecto no qual descrevemos os resultados alcançados durante a vigência do projecto.

2. Contexto do projecto.

A democracia é a forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo. É um regime de governo em que todas as importantes decisões políticas estão com o povo, que elegem seus representantes por meio do voto, é um regime de governo que pode existir no sistema presidencialista, onde o Presidente é o maior representante do povo ou no sistema parlamentarista, onde existe o Presidente eleito pelo povo e o Primeiro-ministro que toma as principais decisões políticas.

Angola é um Estado democrático de direito, que tem como fundamentos a soberania popular, com pendor presidencialista onde o processo de democratização está ainda longe de ser um facto que põe em causa o artigo 2º da CRA (Constituição da República de Angola) devido uma série de factores como a falta de liberdade de expressão e de manifestação, a repressão, as prisões arbitrárias a violação dos direitos humanos, o não cumprimento de alguns diplomas normativos a rigor e outros que contrariam a conformidade de alguns dispostos normativos incluindo a Constituição Angolana – CRA.

Os direitos da mulher, apesar de serem consagrados na Constituição Angolana e também na Carta Universal dos Direitos da Pessoa Humana, realçando que a lei magna considera todos cidadãos iguais perante a lei, mas que o país depara-se com uma serie de factores socio económicos e políticos que de certa forma concorrem para a não efectivação dos compromissos assumidos.

Apesar de poucos progressos alcançados na concretização dos objectivos do milénio, a situação actual das mulheres Angolas continua difícil em termos de progressos e

instabilidade económica e desenvolvimento social que ainda é deficiente devido vários factores que dificultam o alcance de tais objectivos, tais como ao fraco investimento quer em serviços e meios de vida nas comunidades rurais, os níveis de pobreza generalizada que afecta consideravelmente as famílias nas comunidades em particular a mulher que depois da desmobilização dos desmobilizados de guerra elas assumem consideravelmente as suas famílias com actividades rudimentares no sector informal, sem mecanismos de melhoramento do modo de vida destas populações.

Na esfera política, os indicadores de representação das mulheres na esfera pública e social continuam muito baixos, o acesso das mulheres na tomada de decisão tem sido vedados porque as sociedades no geral definiram a esfera privada como um espaço onde as mulheres desempenham melhor o seu papel do que na esfera pública, tornando as áreas de tomada de decisão, área política mais hostil no que se refere ao acesso das mulheres.

Desde a implementação do projecto 2011 á 2015, as actividades direccionadas aos grupos de mulheres e ao género em particular, continuam com o seu desenvolvimento pessoal, aumentam as suas capacidades, e junto dos homens influenciam as decisões e ao mesmo tempo colocam as suas preocupações no centro dos processos de participação a nível local , e no âmbito da planificação do OGE a integração entre (homens e mulheres) e de tomada de decisão, exercendo um efeito positivo nas políticas e nas estratégias orientadas para a melhoria do seu bem-estar e das suas famílias.

Nessa perspectiva, as mulheres organizam-se e em conformidade com os instrumentos internacionais, nacionais e dinâmicas sociais dadas pelo projecto as preocupações das mulheres foram colocadas sempre como preocupações nas discussões com os membros do executivo e autoridades tradicionais a nível local.

Apesar dos esforços empreendidos pelo projecto, constata-se que há uma grande ineficácia na aplicabilidade das normas a favor da mulher como o Protocolo de Género da SADC, a Política de Género em Angola, a lei da violência doméstica, e outras que continuam a estimular a participação das mulheres e servem sempre como princípio de advocacia social que a PMA utiliza como influência e cumprimento destas normas. Observamos também que mesmo as direcções províncias do Ministério da Família e

Promoção da Mulher, os órgãos de comunicação social do estado não levam no interior do país estas informações que contribuem para o melhoramento dos conhecimentos da população como uma forma de dirimir barreiras culturais, que de certa forma incriminam e prejudicam a própria mulher, e a família no geral.

Apesar do número de mulheres nos cargos de tomada de decisão á nível do executivo rondar aproximadamente os 36%, consideramos que ainda é preciso continuar a desencadear acções que visam contribuir para o alcance da igualdade de género e o equilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres, que carecem de continuar a fomentar a participação da mulher nos vários níveis e sectores, o fomento de grupos comunitários de base, como estratégia de envolver as comunidades rurais mais carentes nos processos de decisão a nível local de forma organizada e legalizada, permitindo os governantes terem a noção de que as pessoas é que devem ser o garante das suas preocupações para melhorar os planos municipais e governativos.

Importa referir, que os homens continuam a ocupar lugares de destaques nos centros de tomada de decisão em relação as mulheres. E as mulheres, que acedem ao espaço político não fazem o uso considerável de modo influenciar processos e agendas políticas para a necessidade de integrar questões de género no quadro político como forma de representar os anseios das mulheres principalmente na vida social e política do país.

As mulheres representam cerca de 52% da população angolana, ² mas a sua fraca participação na vida pública e política do país ainda é muito reduzida e é uma preocupação para a PMA no âmbito da sua intervenção.

Neste sentido a PMA procura formas para alcançar os seus objectivos assim como fomentar uma participação consciente e efectiva das mulheres e homens nas comunidades de modo a que estes em conjunto, possam responder aos futuros desafios no quadro do processo de desenvolvimento sustentável.

3. Informação Financeira:

² Dados do senso populacional 2014

Ano 2015	Moeda em USD
Saldo de 2014	10.328,86 USD
Valor previsto	148.832,64 USD
Valor financiado no 1º semestre	97.706,26 USD
Valor financiado no 2º semestre	37.613.73,00 USD
Valor recebido total	145.648,84 USD

Salientamos que a PMA não tinha conhecimento sobre os procedimentos financeiros e a forma de como funcionava o sistema financeiro da NCA a diferença com a APN que na transição do ano o saldo do fim do projecto podia ser utilizado em Janeiro do ano seguinte abrindo apenas uma outra base de prestação de contas.

No entanto o projecto transitou com um saldo de 10.328,86 USD que resultou nas despesas apresentadas em Janeiro de 2015, mas que o mesmo valor já consumido neste período, fazia parte dos fundos de 2014 e a organização ainda tinha dificuldades de saber sobre o procedimento do financiador.

O que de certa forma criou muitas dificuldades, durante a execução do projecto e as alterações cambiais com perdas significativas que delimitaram o bom término do projecto assim como também anulação de algumas actividades que não foi possível cumprir tendo em conta a escassez de recursos financeiros, e o critério de utilização de fundos do parceiro.

O queremos salientar, que este valor foi deduzido da tranche recebida em 2015 o valor de **10.328,86 USD** onde na verdade o valor total recebido em 2015 pela NCA foi de 135.319,99 USD, despesas realizadas até ao final do projecto . A previsão do orçamento foi de **148.832,64 USD**, o que quer dizer que em função do valor recebido consideramos que o houve uma redução, incluindo a diferença do valor recebido correspondente a **13.500,65 USD**. O que foi necessário compreendermos melhor a politica das tranches e

as fases de esgotamento das verbas ainda que transitem para o ano seguinte, impedindo estas dificultem a conclusão do projecto sem sobressaltos financeiros.

4. ANÁLISE DO CONTEXTO DO PAÍS E DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO

a) DESENVOLVIMENTO POLÍTICO:

CONTEXTO POLÍTICO

A crise financeira desde o seu aprofundamento continua a pôr em causa a economia angolana em todos aspectos. No entanto, o país continua a enfrentar tremendos desafios de desenvolvimento, que incluem a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reconstrução das suas infraestruturas, melhoria das capacidades institucionais, governação, sistemas de gestão financeira pública, indicadores de desenvolvimento humano e as condições de vida da população. Largas camadas da população vivem ainda na pobreza, sem acesso adequado a serviços básicos. Com a elevada taxa de crescimento da população de Angola e do êxodo das populações do campo para as cidades em conformidade com as receitas muitas baixas existentes, a disparidade de acesso aos serviços nas diferentes regiões, e a falta de benefício de políticas de desenvolvimento mais inclusivas.

A nível internacional, Angola está com uma imagem muito negativa em relação aos direitos humanos. O grito de pedido de socorro evocado pelas vítimas angolanas por causa da violação dos direitos humanos continua a ser preocupante e esta na manga do trabalho das organizações da sociedade civil.

No campo político Angola é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e uma das resoluções apresentadas pelas UN é a integração de mulheres neste órgão a partir de 2015 como forma das mulheres fazerem parte também das discussões sobre o problema dos conflitos e paz, na região.

Angola tem uma experiência muito referenciada em termo do compromisso com a paz e a estabilidade em África, em particular na região dos Grandes Lagos. Depois que Angola assumiu a presidência da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, a situação na região tem melhorado significativamente, muito provavelmente em resultado da liderança de Angola e o que dá uma referência aleatória mas que essas referencias faram mudar a realidade de Angola. Porque o descontentamento e insatisfação por parte dos angolanos continuam. Nestas funções, Angola conseguiu obter, pela primeira vez, um compromisso dos estados da região para a aplicação de sanções económicas e políticas contra grupos rebeldes armados.

Por outro lado, o Ministério da Assistência e Reinserção Social e o Serviço de Inteligência Externa, no cumprimento de orientações do Presidente da República, procedeu a revisão do ainda vigente Regulamento das ONGs (Associações) aprovado pelo Decreto nº 84/02, de 31 de Dezembro, por forma a criar um novo diploma de per si, segundo o ministério público esta orientação é mais adequado à realidade actual e aos desafios que se apresentam, mas que está a criar equívocos junto das ONGs nacionais por contrariar o disposto da Constituição angolana.

As organizações da sociedade civil (AJPD, Centro Cultural Mosaiko, PMA SOS Habitat, Omunga, ACC, FORDU, Mbakita, NCC) e outras com o apoio da Open Society, estão a levar acabo um processo de advocacia social junto da Casa Civil do Presidente da Republica, no qual já recebemos uma resposta não favorável e as organizações em parceria do Ex bastonário da Ordem dos Advogados continua a dar assistência jurídica ao processo em resposta ao caso concreto.

b) DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O crescimento económico indica aumento da produção e da capacidade de atendimento, com aumento da estrutura, da mão-de-obra e dos processos.

É possível haver crescimento sem desenvolvimento. Em Angola esta diferença é notória.

O País tem crescido graças ao programa de desenvolvimento do Governo e em conformidade com o grau de aperfeiçoamento tecnológico realçando uma diferença entre a

cidade e a periferia e as áreas rurais. Em termo do desenvolvimento ao observarmos em Angola cujas políticas públicas muito propaladas continuam a falta de melhorias na qualidade de vida da população, com o elevado índice de pobreza, desemprego e a falta de saúde, e outros meios de vida para a população.

No meio urbano a economia informal continua a ser o sustento da maior parte das famílias. No meio rural o sustento familiar continuar a ser agricultura artesanal praticada por camponeses. A pesca também tem contribuído para o sustento da família e para o mercado informal.

A moeda nacional (Kwanza) durante o ano de 2015, continua a ser uma moeda vulnerável causando inflação o que dificulta sobremaneira as transações comerciais e dificulta as actividades comerciais desenvolvidas pela maior parte das mulheres nos mercados: formais e informais.

C) DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Em Angola o crescimento económico não se tem feito acompanhar do respectivo desenvolvimento social. E segundo afirmação de Nelson Pestana, ³investigador – coordenador no Centro de estudos e investigação científica do desenvolvimento económico com os índices de desenvolvimento humano vê-se que realmente estamos muito aquém do desejado. Vejamos:

O saneamento básico com a recolha de resíduos sólidos contínuos deficientes, a distribuição da água potável, a drenagem, os esgotos, continua a ser bastantes deficientes aliadas a fraca assistência médica e medicamentosa, e os serviços de saúde materna-infantil deficiente nos centros urbanos e pior nas áreas rurais.

As estradas reabilitadas continuam em péssimas condições, dificultando a ligação entre outras artérias e a circulação de pessoas e bens principalmente no meio rural.

O êxodo das pessoas do campo para as cidades continua a obstaculizar a organização das cidades, constituindo sociedades párias, pessoas fora do controle do Estado. As

³ Nelson Pestana, pseudónimo Bonavena, Investigador-coordenador no centro de estudos e investigação científica do desenvolvimento económico ,by MRF Press.

mulheres zungueiras, mulheres provenientes do meio rural continuam todos os dias a serem espancadas e violentadas por parte dos fiscais dos governos provinciais e pela polícia.

O governo continua com dificuldades de criar serviços de energia e água, saneamento básico, assistência médica e medicamentosa, educação, conforme o referido programa de combate a pobreza.

5.IMPACTO DAS ACÇÕES REALIZADAS.

Graças as intervenções das Organizações da Sociedade Civil, nos últimos anos, os governos e as organizações internacionais continuam a enfatizar a importância de dar prioridade às questões de género nas políticas de planeamento e estratégias de desenvolvimento;

1. As actividades sobre o OGE – Orçamento Geral do Estado na Perspectiva do Género com os Governos locais nos Municípios de Bocoio, Ganda na província de Benguela, Humpata na província da Huíla, no Cuíto província do Bié, tiveram um grande impacto, porque os governantes locais participaram e manifestaram o interesse em aplicar as ferramentas de género, aprender e partilhar experiências é um dos focos do projecto tendo em conta a realidade de cada localidade de intervenção e as mudanças governativas de nos últimos anos tem sido muito flexíveis em admitir que a PMA e outros parceiros intervenham nas províncias sem qualquer inconveniência governamental e política.
2. Nas secções de formação a estratégia de intervenção é envolver o governo local no convite dos participantes tendo em conta a acção de advocacia que se faz antes da realização da formação ou seminário. No entanto compreendemos hoje que eles não deixam os seus responsáveis dos diferentes sectores públicos fora deste processo de aprendizagem como uma forma de melhorar os conhecimentos e facilitar a integração de género. Compreenderam também, que o género tem muito a ver com a melhor forma de governação junto das comunidades onde no âmbito da planificação é importante os governos terem o parecer da população sobre as

preocupações que os aflige. Neste sentido, a abordagem tem ensinado também que para melhor rentabilizar os custos é importante que as prioridades nasçam de quem tem as necessidades não ao contrário a semelhança dos anos passados. Os participantes reconhecem que tem uma noção diferente de como incluir o género no OGE e algumas necessidades orçamentais foram tidas em conta pelo governo central.

3. Os grupos comunitários organizados com o benefício das formações tornaram-se mais organizadas e como alguns conhecimentos sobre o desenvolvimento comunitário e a sua participação na vida local. Algumas OCB,s como as de Benguela e Huila foram apoiadas pelo governo em sementes, material de produção, alfaías agrícolas, geradores e tractores, mas o problema ainda prima-se com a falta de acompanhamento destes benefícios e a manutenção dos equipamentos atribuídos pelo executivo que carece de outros intervenientes para o acompanhamento.

Por isso o projecto sentiu uma maior interacção e aproximação dos representantes do governo, na exploração de preocupações que os aflige e também conhecer de que forma podem ganhar mais domínio em matéria de inclusão social e planificação orçamental e genero junto das comunidades.

A necessidade de enfatizar os problemas específicos sobre genero, e como estes podem directa ou indirectamente afectar homens e mulheres foram abordados com vários exemplos nos sectores de saúde, educação e agricultura onde observa-se que ainda temos grandes problemas de conclusão do ano lectivo, devido a interrupção das meninas em relação aos rapazes no ramo da educação nas comunidades, quando os problemas de gravidez precoce não são tidos em conta e que estes problemas afectam consideravelmente as meninas. Quer o ministério da educação e saúde deveriam tomar iniciativas para minimizar estes problemas, como a inclusão no sistema de ensino matérias sobre saúde reprodutiva, e mecanismos eficazes educacionais que deveriam facilitar este grupo alvo a continuar a ter acesso as aulas até a conclusão do ano. Em algumas comunidades observa-se meninas grávidas no ensino diurno, mas aspectos específicos sobre a problemática deveriam continuar a ser reflectidas. Pensamos que os programas

integrados de educação e saúde deveriam ser mais extensivos abrangendo todas as localidades.

E a fraca capacidade de analisar estes factores e outros, faz com que o executivo não direcione políticas favoráveis ao sector da educação, com vista a colmatar estes problemas perspectivando que as meninas concluíssem o ano académico com sucesso, dificultando neste caso as comunidades apresentarem indicadores favoráveis a favor da educação das meninas que concluem o ano lectivo.

Estes e outros problemas foram aflorados como exemplos e pondo a reflexão dos beneficiários das formações, para que tenham em conta os problemas específicos em função de cada área temática e direccionar as acções a favor dos problemas que afectam homens e mulheres meninas e meninos de forma diferente. Dai a observância na alocação das verbas se o problema é mais incidente e maior em função da instabilidade social que isto cria as famílias e comunidades e que precisam de ser melhor observadas pelos governantes.

Uma das preocupações que escapa a sua competência é de facto na fase de aprovação final dos orçamentos a nível provincial e municipal onde os membros do governo não tem como influenciar a este nível quando há mudanças na determinação das tranches, tendo em conta aquilo que foi apresentado como preocupação das populações e que os governos municipais incluem no plano do município como necessidade.

Ainda é preciso continuar a influenciar os órgãos de tomada de decisão para que consigam a distribuir melhor os serviços básicos as comunidades. O problema de direccionar os esforços nas comunidades rurais ainda deve continuar a levar na manga das ONG,s e da PMA em particular em parceria destas comunidades como uma grande preocupação para dos governantes.

A fraca participação do cidadão na governação local e falta da descentralização e desconcentração do poder local contraria o disposto da Constituição angolana, estando em inconformidade com a mesma por omissão, mas que na verdade não interessa a quem de direito educar a comunidade para o seu envolvimento. Mas sim ainda o uso dos inocentes (camadas mais vulneráveis) durante as campanhas eleitorais para que estes continuem a votar a favor dos mesmos detentores do poder.

No entanto os membros das comunidades clamam por quase tudo e que na verdade a escassez de serviços básicos como forma de subsistência das famílias ainda constitui um grande problema, e eles não sabem quando é que a sua condição de vida um dia pode mudar mesmo depois de Angola estar viver já 15 anos de paz.

Estes factores incentivam a organização PMA, a continuar a jogar o seu papel preponderante na influência das políticas públicas que os membros do executivo respondam as expectativas da população. Face a estas situações o projecto continua a jogar uma mais valia para as comunidades beneficiárias e para os próprios governos provinciais a nível local porque traz sempre alguma inovação e contribuição no melhoramento dos conhecimentos para a melhor gestão governativa.

6. Lições aprendidas durante a execução do projecto

Devemos ser persistente em realizar acções que influenciam positivamente na mudança de comportamentos e atitudes das pessoas sobretudo de quem detém o poder para melhor servir o povo que governa;

Por isso acção de lobbyng em parceria de representantes do ministério da Justiça a nível provincial, influenciada a partir da Noruega na formação sobre direitos Humanos em parceria do governo facilitou todas as OCB,s criadas pelo projecto da província de Benguela terem acesso ao certificado de admissibilidade e a sua escritura publica. Para o ano de 2015 a associação Meninas de Rosa conseguiu a sua publicação no diário da republica enquanto as outras (5) esperam pela finalização do parecer do cartório notarial da província.

O mesmo aconteceu com o ministro da Justiça apos a participação das ONG,s na comissão Africana na Gambia que resultou no encontro com o ministro da Justiça e direitos humanos em Luanda e posterior a entrega de documentos das organizações que solicitaram o seu registo nesta instituição do estado, onde há um processo em curso para 2016.

A participação da organização em várias actividades a convite do executivo, mostra que há algum interesse em colaborar com as organizações que trabalham as questões de género,

e direitos humanos, e a PMA tem apresentado situações que ajudam a reflexão da integração de género no OGE aos vários níveis, assim também como a monitoria da integração de 30% de mulheres no conselho de segurança da ONU que Angola (MINFAMU) apresentou a sua proposta para os próximos anos alcançar esta meta.

A partilha de experiências entre organizações da sociedade civil melhora a intervenção das mesmas no desenvolvimento da sociedade e é uma forma de criar uma coesão de trabalho entre as ONG,s, pensamos ser muito pertinente, para a contribuição do processo de desenvolvimento em Angola.

A inclusão de membros da sociedade civil e membros do executivo nas secções de formação facilitou a criação de diálogo entre ambos na apresentação de preocupações e por sua vez ver como é que os executores poderiam incluir estas preocupações no plano do município, ao invés de determinarem as acções para a população nos gabinetes sem a participação dos munícipes, apesar de que ainda é um processo continuo que precisa continuar a ser fortalecido.

Luanda, Dezembro de 2015.

Elaborado por: Carolina Miranda

Coordenadora do Projecto

Revisado e Visto por : Verónica Sapalo

Directora Executiva

Anexo 1 –Quadro de actividades realizadas

Anexo 2 – reportagem fotográficas realizadas

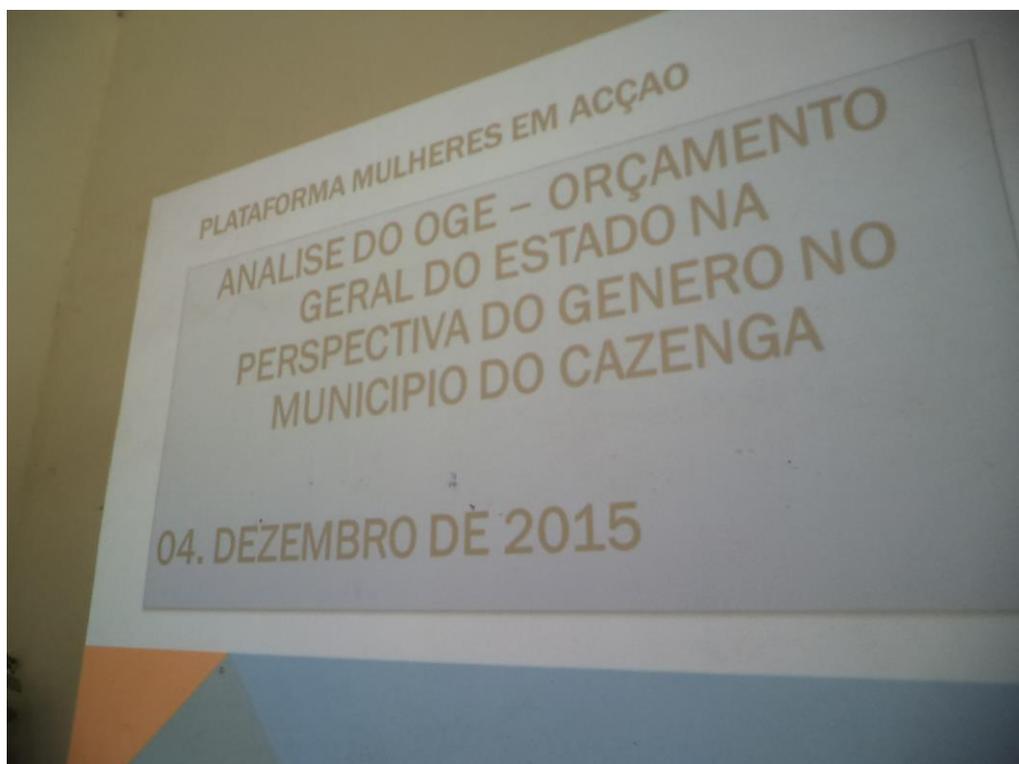
Fotografias das sessões de formações em algumas das localidades da intervenção do projecto.

Comunidade de Sangungu/Cunje – Província do Bié, Outubro de 2015.



Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015

Comunidade de Vilele, município da Humpata – Huíla, Outubro de 2015.



Município de Cazenga província de Luanda

Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Membros da comunidade organizações da sociedade civil e representante da administração municipal do Cazenga no encontro





Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Encontro de reflexão sobre a Planificação orçamental no município do Cazenga

Formação na administração do Bocoio OGE e Genero



Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Formação sobre o fortalecimento das OCB,s município do Bocoio (Cangoia)

Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Formação sobre OGE e género no município do Bocoio Província de Benguela (Administração local)

Trabalho de grupos durante a formação Bocoio



Encontro de reflexão sobre o dia da mulher Africana

Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Explicação da Juíza do Tribunal constitucional sobre a questão jurídica a favor dos direitos da mulher (Dra Emaculada Melo)

Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015

Directora da Universidade católica Dra Márcia na explanação sobre a nova lei geral do trabalho constrangimentos que afectam a mulher em geral a sua direita membro do núcleo de Icolo e Bengo da PMA e a direita Dra Anacleta advogada e funcionária do tribunal constitucional



Formação sobre o OGE Humpata província da Huila (secção de abertura pelo Administrador municipal no lado esquerdo da mesa)



Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Formação sobre o desenvolvimento comunitário no Vilele (Humpata província da Huila)



Mobilização e sensibilização comunitária no Sangungo Cunje Província do Bié

Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015



Sala de formação comunitária do Sangungu (Bié) presentes representantes do sector de género do MINFAMU Bié



Formação sobre o OGE e género no Kuito província do Bié



Director do GEP e directora do MINFAMU Kuito Bié

Relatório do “Projecto de Liderança Feminina e Influência Pública” 2015

Vice governador a presidir o fecho da formação a direita directora do MINFAMU na província do Kuito Bié

